



Cúpula do PMDB é a favor do governo e contra saber o que as bases pensam a respeito

Acabar com Constituinte, uma proposta 'patriótica'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Antônio Salim Curiati (PDS-SP) fez ontem na Constituinte uma proposta, a seu ver, "necessária e patriótica", embora, segundo suas próprias palavras, possa parecer "inaceitável ou aventureira": ele quer que o Congresso Nacional acabe com a Constituinte e reassuma plenamente suas atribuições, "para ajudar a resolver a crise do País".

"Esse procedimento" — justificou — "não teria sentido se as instituições não estivessem em perigo, se o presidente estivesse respaldado por imensa força e se a Assembléia Nacional Constituinte fosse, de fato, uma manifestação de poder. Lamentavelmente, não é o que acontece. Cabe, portanto, ao Congresso Nacional reaparecer para respaldar o presidente, hoje e agora, quando o barco está naufragando em meio ao silêncio e ao temor da população brasileira".

Para Curiati, o Congresso Nacional poderia fazer, num prazo de 60 dias, as alterações necessárias na atual Constituição. E ficaria liberado para cuidar da crise. Na sua opinião, é inadmissível, nesta hora, paralisar "a Casa das leis ordinárias". O resultado dessa paralisação está no fato de o Poder Executivo estar administrando o País desgarrado do Poder Legislativo, baixando sucessivos decretos-leis. "O povo está perplexo diante dos abusos cometidos pelo Executivo, como no caso desse verdadeiro esbulho dos órgãos do Imposto de Renda sobre todas as classes sociais. A nação brasileira não busca apenas nova Carta, mas também uma solução imediata para os seus terríveis problemas de sobrevivência."

COMISSÕES

Presidencialismo ou parlamentarismo — esse foi o tema de ontem das **Subcomissões do Poder Executivo e do Legislativo**, em reunião conjunta, para debater a forma de governo ideal para o País. Ao final, a maioria ficou indecisa entre um parlamentarismo em que o presidente da República tenha poderes, não seja apenas uma figura simbólica, e chegue ao poder pela eleição direta, e um presidencialismo com Legislativo forte, com poder de aprovar ministros, determinar votos de desconfiança e tenha restabelecidas suas prerrogativas. Já batizados de presidencialismo misto e parlamentarismo misto, os dois sistemas, "na verdade, representam a mesma coisa", segundo o deputado Jutahy Magalhães Jr. (PMDB-BA).

Se depender da **Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias**, o voto continuará sendo obrigatório na futura Carta. No entender do deputado João Agripino (PMDB-PB), o voto obrigatório não representa o cerceamento da liberdade, "pois quem quiser pode votar em branco ou nulo". Para o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), nos países em desenvolvimento, o voto facultativo "só pretende estimular a descrença dos eleitores e, assim, preservar os privilégios da

classe dominante". A maioria dos presentes concordou.

Na reunião de ontem da **Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público**, a Federação Nacional dos Defensores Públicos defendeu a institucionalização da assistência judiciária, fortalecendo "o Estado como defesa". Segundo os representantes dos defensores públicos, o Estado está presente, institucionalmente, como acusador, através do Ministério Público, e como julgador, através da magistratura, mas ausente na função de defensor. De acordo com os membros daquela entidade, o direito à assistência jurídica gratuita é essencial para que, efetivamente, haja justiça no País.

Ainda na mesma subcomissão, o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), André Montalvo da Silva, defendeu a criação de uma Justiça Agrária itinerante, que vá ao local do conflito, com a ressalva de que o juiz não seja proprietário rural. E a Comissão Pastoral da Terra defendeu a reforma agrária.



As reivindicações femininas foram o tema na **Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher**. Jacqueline Pitanguy, presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pediu que sejam iguais os benefícios concedidos aos presos dos sexos masculino e feminino e que se considere como atividade econômica aquela realizada no receso do lar; defendeu a obrigatoriedade da manutenção de creches nas empresas, aposentadoria para as donas-de-casa, assistência psicológica à mulher vítima de violências sexuais e o direito à informação sobre métodos anticoncepcionais. Enquanto o deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT) recomendava às mulheres presentes que não se esquecessem do papel da mulher "na família, de mãe, de esposa e de amor ao lar", propondo a pena de morte para estupro — proposta rejeitada pelo Conselho da Mulher —, o senador gaúcho José Paulo Bisol (PMDB) exortou as constituintes a lutarem pela criação de uma defensoria do povo e um tribunal constitucional, formado por homens e mulheres na mesma proporção. Para Bisol, estes órgãos examinarão as discriminações contra as mulheres e outros casos de "inconstitucionalidade por omissão". Foi o único aplaudido.

Na **Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos** foi aprovado, por unanimidade, o retorno à estabilidade no trabalho, suspenso há 20 anos. Os membros da subcomissão entendem que os trabalhadores não podem abrir mão da estabilidade no emprego, medida que, segundo o deputado Mário Lima

(PMDB-BA), é muito produtiva para as próprias empresas, que deixarão de ter em seus quadros trabalhadores inseguros e, assim, aumentam a capacidade de produção. Na quinta-feira, falará na subcomissão o ministro do Trabalho, Almir Razzianotto. Os membros da subcomissão decidiram também que o direito de greve constará na nova Carta.

O debate mais acalorado aconteceu na **Subcomissão de Saúde, Seguridade, Ecologia e Meio Ambiente**. Todos os representantes do setor privado da área da saúde concordaram que é necessário mudar urgentemente o atual sistema de atendimento médico-hospitalar, devido à má qualidade dos serviços prestados e ao crescente sucateamento dos hospitais. "Hoje é uma temeridade internar-se num hospital brasileiro" — reconheceu o diretor da Federação Nacional de Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess), dr. Julian Czapski. A polémica maior concentrou-se na privatização-estatização dos serviços de saúde, cujos representantes, apesar de tudo, tentaram demonstrar a "eficiência" dos sistemas existentes no País.

O prefeito de Curitiba, Roberto Requião, defendeu, o painel "Regiões Metropolitanas e a Constituinte: Propostas", realizado na **Subcomissão dos Municípios e Regiões**, a eleição de prefeitos distritais para administrarem as pequenas cidades que compõem as regiões metropolitanas, coordenados por um prefeito-geral, responsável pela administração de todo o complexo metropolitano. A proposta de Requião prevê, também, a existência de uma única Câmara Municipal, eleita pelo voto distrital, encarregada de todos os municípios. A idéia foi repudiada pelo prefeito Domingos Pontes, de Caucaia, cidade da região metropolitana de Fortaleza. Segundo ele, "o que os municípios precisam é reforçar e dar substância à autonomia municipal. Hoje, acentuou, os recursos destinados às regiões metropolitanas são mal distribuídos e a parte do leão fica com a capital: "O" que se diria com mais concentração" — desabafou.

Já a **Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Solo e de Atividade Econômica**, uma das mais disputadas pelos constituintes — tanto que conta com 23 membros, contra os 21 regimentais — tem-se mostrado a mais lenta e uma das que tem sofrido o maior número de ausências, tendo funcionado, praticamente, à base de suplente. Spriente ontem, depois de muitas sessões suspensas por falta de quórum, a subcomissão definiu os nomes das pessoas que ouvirá em audiência pública, para formular parte do capítulo da ordem econômica. Por consenso, a subcomissão nunca se reunirá às sextas-feiras, inclusive hoje.

A próxima sessão será somente na segunda-feira à tarde e será discutida a "intervenção do Estado na ordem econômica" e a "preservação dos valores e interesses comuns e individuais; conveniência e limites". Entre os convidados para a sessão de segunda-feira, estão o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, e o presidente da Fiesp, Mário Amato.

Grupo organiza defesa dos Estados

Os membros do grupo de trabalho criado em São Paulo para defender os interesses do Estado na nova Constituição serão empossados hoje na Assembléia Legislativa. Apenas uma mulher, a deputada Eni Galante, compõe a comissão formada por 11 deputados e presidida por Luiz Carlos Santos (PMDB). O grupo deverá atuar no sentido de forçar a inclusão, no texto constitucional, da autonomia aos Estados. O senador Mário Covas e o governador Orestes Quêrcia deverão assistir à solenidade.

Também hoje deverão chegar a São Paulo os representantes da Subcomissão dos Direitos Políticos para iniciar, pelo Estado, o contato direto dos constituintes com os representantes de setores da sociedade, como a OAB, ABI, Igreja, CUT, Fiesp e outras entidades. A subcomissão é presidida pelo deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima (PMDB). O grupo vai conceder audiências pessoais para a discussão de temas políticos como reeleição, inelegibilidade e o sistema de eleição em dois turnos.